



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

O FAZER PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA: REFLEXÕES SOBRE A VINCULAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E OS PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renaria Moura da Silva¹
Ilda Lopes Witiuk²
Priscila dos Santos Brasil³

Resumo: Esse artigo parte de experiências de assistentes sociais que ocuparam/ocupam posições de assessoria e direção dentro de Sindicatos. Aponta desafios, possibilidades e perspectivas de atuação na organização da classe trabalhadora em tempos de retrocessos. Com o propósito de construir novos rumos, que possibilitem a materialização do Projeto Ético Político traz reflexões sobre os saberes interventivo desses Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Assistentes Sociais. Fazer profissional. Sindicato. Organização da classe trabalhadora. Projeto ético-político. Projetos societários.

THE PROFESSIONAL DOING OF THE SOCIAL WORKERS IN THE ORGANIZATIONS OF THE WORKING CLASS: REFLECTIONS ON THE LINKAGE OF THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT AND THE CORPORATE PROJECTS IN DISPUTE IN THE CAPITALIST SOCIETY

Abstract: This article is based on experiences of social workers who occupy / occupied positions of advice and direction within Unions. It points out challenges, possibilities and perspectives of action in the organization of the working class in times of setbacks. With the purpose of building new directions, which will enable the materialization of the Political Ethical Project, reflections on the interventional knowledge of these Social workers.

Keywords: Social Workers. Syndicate. Ethical-political project.

INTRODUÇÃO

Essa reflexão parte de experiências do fazer profissional e vivência das autoras em sindicatos com trajetória de luta, em defesa dos direitos e interesses de sua base, mas não só. São sindicatos de âmbito estadual e intermunicipal de trabalhadores/as que atuam em áreas essenciais à vida em sociedade. Áreas que, por serem fundamentais no campo dos direitos sociais, vivem sob o ataque constante e tentativas de desmontes, que se acirraram no governo que assumiu o Brasil a partir de 2018. Sindicatos que atuam nas áreas de saúde

¹ Profissional de Serviço Social, Província de Curitiba, E-mail: renaria.asocial@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana, E-mail: renaria.asocial@gmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Secretaria Estadual de Saúde Do Paraná/ Hospital Adauto Botelho, E-mail: renaria.asocial@gmail.com.

e educação, mas que ampliam sua atuação para além dos interesses corporativos e se colocam na defesa destas políticas públicas essenciais para construção de projetos alternativos ao projeto hegemônico.

Sindicatos que representam na sua natureza enquanto trabalhadores/as os dois diferentes campos de atuação, o espaço público e o privado. Entidades de defesa da classe trabalhadora, com mais de 30 e 28 anos de existência, que travaram e travam grandes combates, na recusa da ordem societária capitalista, que busca deslegitimar direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Coletivos que defendem uma sociabilidade equânime, solidária e justa.

Dito isso, o que se pretende aqui é apresentar, mesmo que de forma breve, a unidade e a vinculação do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, aos projetos societários contra-hegemônicos em constante disputa, sobretudo, aqueles no campo da esquerda, espaço onde podem se localizar os Sindicatos em tela.

Em meio a esses debates, conforme aponta Barata e Braz (2009) o projeto profissional se articula a determinado projeto societário cujo eixo central está vinculado aos rumos da sociedade como um todo. Os autores afirmam, ainda, que é a disputa entre projetos societários que vai projetar transformações ou a perpetuação de uma dada ordem social.

Neste sentido, “os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político” (BARATA & BRAZ, 2009, p 188).

Até aqui é possível explicitar que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro se vincula a um projeto de transformação da ordem societária e que a dimensão política da nossa intervenção profissional é fator determinante para tal vinculação. Sobre isso, Barata e Braz afirmam que:

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos,[...] das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. (BARATA & BRAZ, 2009, p.189)

Antes de adentrar na dimensão política da intervenção profissional, é importante aqui localizar esse “saber interventivo” dentro de uma “organização autônoma da classe trabalhadora”, a exemplo do Sindicato, espaço de onde parte essa reflexão.

1. SABERES INTERVENTIVOS DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SINDICATO

De acordo com Cardoso e Lopes (2009), durante as décadas de 1970 e 1980 o trabalho de Assistentes Sociais em sindicatos, associações profissionais, movimentos do

campo popular urbano e rural, entre outros, dava-se na perspectiva de contribuir com a viabilização de projetos voltados aos interesses de grupos subalternizados e a construção de novas relações hegemônicas na sociedade, com foco na superação daquela condição de subalternidade. As autoras afirmam que:

Tal direcionamento se traduziu pela vinculação do projeto ético político-profissional a uma determinada perspectiva societária, cuja construção exige o fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas. Trata-se da perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista de emancipação humana. (CARDOSO & LOPES, 2009, p 469)

Passadas as três décadas citadas pelas autoras, o projeto ético-político continua atual e em disputa, bem como a escolha de caminhos e estratégias político-profissionais que rumam na direção social da emancipação humana. Contudo, cabe destacar que nessa reflexão o fazer profissional segue reafirmando compromissos (ético-políticos), que se traduzem na liberdade e na democracia como valores éticos centrais, na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa da subalternização imposta pelos setores dominantes que representam os interesses da ordem societária neoliberal capitalista.

O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (BARATA & BRAZ, 2009, p. 193)

Muitos desafios são enfrentados para não perder de vista as condições objetivas de avanço do projeto profissional, orientado pela perspectiva marxista, que tem como direção a emancipação humana.

Aqui, é importante situar um destes desafios, que se refere ao contexto social brasileiro marcado pelas últimas duas décadas, quando a hegemonia burguesa se consolida e passa a ser chancelada por lideranças políticas que até meados dos anos 2000 estavam no campo contra-hegemônico.

Com a eleição, em 2002, de um presidente de partido de esquerda, houve a convocação dos movimentos e intelectuais críticos para contribuir com o governo no sentido de se construir políticas públicas que atendessem as demandas historicamente reivindicadas por diversos movimentos do campo e da cidade. Isto, ao mesmo tempo que representou um avanço, no sentido de se pensar estratégias e políticas que atendessem a essas demandas, representou também uma fragilização dos movimentos sociais, que se colocaram junto ao estado na construção do governo.

O governo, mesmo com o apoio de muitos movimentos e lideranças populares - tendo presente as forças em confronto dentro de sua estrutura - não conseguiu impedir que fosse criada uma conjuntura desfavorável à organização da classe trabalhadora, que passa a ser regulada por uma política econômica neoliberal. “Nesse governo, o projeto

conservador da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, se consolidou e se fortaleceu no país, contando com a adesão de duas das maiores instituições de organização da luta dos trabalhadores que são o PT e a CUT” (CARDOSO & LOPES, 2009, p. 467). Importa, ainda, destacar como consequência dessa situação, a gravidade do enfraquecimento e perda de identidade de muitos movimentos populares combativos de outrora.

Cardoso e Lopes (2009) afirmam que só o Movimento dos Sem Terra - MST conseguiu manter a clara perspectiva de um projeto emancipatório, fundado na solidariedade “intraclasse trabalhadora”, em confronto com a burguesia e o capital, procurando articular os combates do campo com os da cidade e internacionalizar a luta nacional.

Sobre o projeto neoliberal, Cardoso e Lopes (2009) afirmam que:

A política neoliberal privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as obrigações do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito; investe na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora por meio de intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo que precariamente, às necessidades prementes das classes subalternas. (CARDOSO & LOPES, 2009, p. 469)

Com relação ao avanço do projeto conservador do capital, no Brasil, nas duas últimas décadas, há muitos elementos que permearam a disputa societária durante o governo petista, porém, não será possível aqui aprofundar essa análise. No entanto, é salutar informar ao leitor desse artigo que, embora o referencial teórico utilizado traga informações relevantes da conjuntura, não se pode desconsiderar os acontecimentos e fatos que marcaram a história da democracia do Estado brasileiro no período entre 2016 até os dias atuais. Dentre os principais acontecimentos e fatos, destaca-se o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, quando a elite que concentra o poder econômico e os modos de produção foi apontada por estudiosos do campo crítico como a maior interessada que esse golpe parlamentar se consolidasse. Quanto à atuação profissional em organizações da classe trabalhadora, num contexto de desmonte e ataques a direitos conquistados, pela significativa importância na luta política brasileira, Cardoso e Lopes (2009) tomam como referência o MST.

Ao citar tais demandas, Cardoso e Lopes (2009) explicam que estas estão vinculadas a dois eixos, a educação e a produção. Assim, elas apresentam estratégias práticas adotadas por Assistentes Sociais inseridas/os nas equipes multiprofissionais atuantes nessas organizações da classe trabalhadora.

Dito isso, quando Cardoso e Lopes (2009) citam a atuação profissional no MST, elas nos apresentam um campo de atuação de Assistentes Sociais que se referem à *assessoria técnica e apoio político* aos setores organizados da classe trabalhadora, enquanto estratégia

para criação de mecanismos de resistência e de luta. As autoras destacam ainda que a intervenção profissional em organizações autônomas da classe trabalhadora está voltada para o desenvolvimento de *formação político-organizativa*. Formação esta que possibilita a essas classes a apreensão crítica das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes à sociedade capitalista” (Cardoso e Lopes, 2009, p. 471).

Fazendo aqui um paralelo com a atuação profissional em sindicatos - sendo este o espaço de onde parte essa reflexão - infere-se que, dependendo do lugar ocupado pelo sujeito, sendo ele o de assessoria ou de liderança (dirigente sindical), se dá o potencial de intervenção e de contribuição para direcionamento de ações e construção de ações de resistências.

Assim, definimos que a dimensão do fazer profissional é política em sua natureza, com uma dimensão organizativo-educativa, enquanto liderança e de assessoria técnica, enquanto atuação profissional.

2. A DIMENSÃO POLÍTICA ORGANIZATIVO-EDUCATIVA DO FAZER PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPAÇO SINDICAL.

Para explanar e situar o fazer profissional em Sindicatos é necessário apresentar, mesmo que de forma breve, uma conceituação de assessoria.

Nesse sentido, para Maurílio C. de Matos (2009), quando profissionais do Serviço Social são requisitados para desempenhar a função de assessor/a, é porque veem nesses profissionais uma capacidade de conhecimentos a serem disponibilizados, sobretudo, no campo das políticas sociais e na da mobilização e organização da população. Para esse autor, já o profissional que é requisitado, enxerga na assessoria uma possibilidade de efetivação do projeto profissional.

Entre as demandas do Serviço Social no campo da assessoria Matos (2009) cita: “assessorar a criação de políticas sociais, de serviços sociais, de trabalho educativo junto a população, entre outros” (MATOS, 2009: 514). Diante disso, o mesmo vai além na sua reflexão ao problematizar esse campo de atuação, quando provoca a categoria a se questionar: “Para fortalecer interesses de quais segmentos essas assessorias e consultorias têm sido desenvolvidas?” (MATOS, 2009: 515).

Ao se debruçar sobre a conceituação de assessoria, Matos (2009) diz que:

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (MATOS, 2009, p. 518)

Ainda no campo das possibilidades de atuação de Assistentes Sociais na área de assessoria, Matos (2009) faz menção aos artigos 4º e 5º da lei de regulamentação da profissão, a Lei nº 8.662/93. Esses artigos identificam o exercício da assessoria/consultoria enquanto uma atribuição privativa da/o Assistente Social e também como uma competência desses profissionais.

Tomando por base o aporte teórico e referencial bibliográfico utilizado nessa reflexão sobre o fazer profissional em organização sindical e a vinculação do Projeto Ético-Político com os projetos societários em disputa pelas organizações da classe trabalhadora, as autoras farão, na sequência, uma breve explanação sobre suas experiências profissionais. Essa reflexão se dará a partir da posição que cada uma ocupa ou ocupava dentro do Sindicato. São experiências que perpassam pela posição de dirigente sindical à função de trabalhador/a assalariado/a contratado/a para atuar no campo da assessoria.

2.1 DIREÇÃO SINDICAL: ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO/A PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL.

A inserção das autoras no movimento sindical se deu num primeiro momento na participação das ações sindicais, como assembleias e manifestações políticas.

Nesse sentido, é importante destacar aqui uma pesquisa feita por Allan C. Q. Barbosa junto a 133 sindicatos da região metropolitana de Belo Horizonte. Nos resultados de pesquisa o referido autor trabalha questões importantes, como o perfil do dirigente sindical e os quesitos para atuar como dirigente sindical. O autor destaca que os/as dirigentes sindicais são sujeitos políticos forjados na luta sindical e que se destacaram dentre os demais pela sua liderança e pelo “enfrentamento ao sistema político e econômico vigente e às ações empresariais” (BARBOSA, 2009, p.7).

Associado a esta questão do perfil necessário para ser um dirigente sindical, as autoras gostariam de acrescentar o significado do espaço do sindicato diante do contexto atual de ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as. Os sindicatos passaram por um processo de retração significativo nas décadas de 1980 e 1990 e nos anos 2000 consolidaram-se muitos deles não mais como espaços reconhecidos de luta.

Os sindicatos configuraram-se como espaços representativos, tornaram-se algo dado e as/os trabalhadoras/es que se inseriram no mundo do trabalho após a década de 1990 e anos 2000, que desconhecem a história dos sindicatos e as lutas travadas nas décadas de 1970 e 1980, porque não as vivenciaram, não reconhecem os sindicatos como espaços legítimos de luta. Desconhecem que eles foram e são protagonistas dos direitos trabalhistas conquistados na constituição cidadã e legislações específicas.

Um agravante para esse distanciamento entre trabalhador e sindicato, principalmente para as/os trabalhadoras/as sobre o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, era a obrigatoriedade da contribuição do imposto sindical. Em decorrência desta contribuição compulsória, os sindicatos não atuavam na perspectiva de fidelizar a/o trabalhador/a. A classe trabalhadora passou a ser parte do sindicato, não precisando optar, ou manifestar-se, ato automático que com o tempo levou à deslegitimação política da representação.

Esse não reconhecimento do sindicato como espaço político de luta coletiva, que vai para além do espaço corporativo, no sentido de pensar e lutar por um modelo de relação de produção e trabalho que tenha como centro o humano e não a produção deixa de existir. São poucos as/os trabalhadoras/as que, tendo clareza do significado da organização sindical, buscam se forjar nesse espaço de aprendizado, buscando se projetar como liderança, qualificando-se para representar o coletivo nos espaços de luta.

Outra questão importante a ser considerada é que os sindicatos, na perspectiva de garantir e de reafirmar os direitos trabalhistas em acordos coletivos de trabalho, passaram a dar valor significativo a área do direito trabalhista. Nos sindicatos a assessoria jurídica ao/a trabalhador/a passou a ser parte primordial. Essa assessoria passou a ser oferecida dentro do sindicato ou por escritórios jurídicos associados ao sindicato. Isso reforçou a visão do/a trabalhador/a de que ao sindicato cabe somente zelar pela questão das condições de trabalho dadas ou estabelecidas.

Até mesmo a reduzir a perspectiva da luta sindical a essa regulamentação jurídica individual, perdendo a dimensão coletiva e, principalmente, a dimensão política. Ousáramos inferir que muitos sindicatos também se perderam nessa caminhada, não realizando muitas vezes ações políticas, com medo de criar situações que levem a perda de direitos trabalhistas de parcela de seus representados, sendo enxergados pela classe trabalhadora como prestadores de serviços.

Por isso, hoje, quando há o avanço do capital no sentido de acabar com os sindicatos como representantes dos/as trabalhadoras/as estes/as novos/as trabalhadoras/as não se colocam na defesa do sindicato, porque não se reconhecem nele e não identificam a dimensão político organizativa maior do sindicato na sociedade.

O que temos hoje é uma falta de quadros com perfil e interessados em travar suas lutas nos espaços do sindicato. Sindicalistas que, forjados na luta e com consciência de classe, retomem o papel que o sindicato deveria hoje assumir nessa sociedade, em que se fortalece a divisão de classes sociais e que se brutaliza a luta capital e trabalho.

Nesse espaço de organização da classe trabalhadora, denominado de Sindicato, a direção das nossas ações deve reafirmar a autonomia frente a governos e partidos políticos e promover a crítica e oposição ao projeto do capital, buscando o desatrelamento do

sindicato a interesses outros que não sejam do coletivo da classe trabalhadora, na construção de uma sociedade diferente, mais justa e igualitária.

Outro ponto importante a ser destacado é a contradição da estrutura da entidade sindical, ou seja, da instituição Sindicato. A instituição Sindicato surgiu, forjou-se, constituiu-se como tal, com o objetivo de desconstruir e questionar a relação estabelecida entre aquele/a que vende sua força de trabalho e os/as donos/as dos meios de produção. Lutando por relações mais horizontalizadas entre as partes e maior participação daquele/a que é responsável pelo resultado final do processo de produção, o/a trabalhador/a, nos resultados finais desse processo, ou seja, nos lucros. O que vemos, contraditoriamente, é a reprodução de relações autoritárias de mando dentro da estrutura sindical, o medo de perda do emprego pelos/as trabalhadores/as dos sindicatos a cada re-eleição para direção sindical.

A dita liderança dos/as trabalhadores/as, reconhecida por seus pares, empossada como responsável pela estrutura burocrática do sindicato, investida de “poder”, se coloca em conflito. Ora reproduzindo dentro da estrutura sindical os modelos da empresa capitalista que tanto questiona, ora não fazendo a gerência administrativa e participativa do espaço do Sindicato. Estar à frente da estrutura de uma entidade sindical significa estar à frente de uma empresa não gerida pela lógica capitalista. As relações de trabalho devem ser construídas de forma colegiada.

Os objetivos que configuram e dão sentido à existência da entidade sindical devem ser partilhados por todos/as os/as envolvidos/as. O que move a estrutura e regula as relações é o direcionamento político dado pelas deliberações retiradas das assembleias após amplos debates, não são os interesses individuais de grupos majoritários das direções. E essa é uma tarefa primordial a ser construída por aqueles/as que defendem projetos societários emancipatórios. Os profissionais de Serviço Social inseridos nesses espaços devem prezar pelos princípios defendidos pela profissão, destacando-se dentre estes a *opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero* e a articulação com a luta geral dos/as trabalhadores/as.

Destaca-se ainda, como ponto a ser aprofundado em futuros artigos, a contradição identificada pelas autoras de que a maioria esmagadora dos/as trabalhadores/as dos sindicatos em que atuam não estão filiados e não reconhecem os seus sindicatos como espaços de luta. Sendo assim, muitos sindicatos estabelecem acordos coletivos de trabalho com seus/suas trabalhadores/as sem a chancela dos sindicatos que os deveriam representar, reforçando, no nosso parecer, atos anti-sindicais que tanto questionam nas relações estabelecidas com os padrões das empresas capitalistas.

Reafirma-se que, enquanto dirigentes e assessores/as sindicais, questionamos a legalidade de atos patronais que tentam estabelecer acordos trabalhistas direto com os

trabalhadores, desconsiderando que estes devem ser feitos através do sindicato. Repudiamos porque entendemos que para o trabalhador/a que está sob o mando do patrão é difícil contrapor-se à lógica e ao discurso, colocado pelo mesmo na hora da negociação, estabelecendo um enfrentamento mais duro. Entendemos que o enfrentamento pelo/a trabalhador/a com estabilidade ou não no seu vínculo de trabalho, pode trazer prejuízos ao mesmo nas relações cotidianas estabelecidas no trabalho, com até mesmo demissão quando não há existência de estabilidade.

2.2 O FAZER PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA ASSESSORIA SINDICAL

É importante pontuar que a experiência do fazer profissional na área da assessoria sindical aqui explanada se localiza no campo das competências profissionais do/a Assistente Social, uma vez que a posição de assessor/a pode ser ocupada por profissionais de diferentes áreas de formação, mas que, neste caso, foi ocupada por profissionais com formação em Serviço Social. Assim, o aporte metodológico que orientou o trabalho de assessoria foi o do Serviço Social enquanto que o vínculo trabalhista constituído com os Sindicatos era de assessoria e não de Assistente Social.

Ao assumir a posição de assessora, de acordo com Matos (2009), uma das estratégias para o desenvolvimento do trabalho é buscar entender o porquê daquela assessoria. O autor também destaca a importância de se perceber a assessoria enquanto processo que se dá pela troca de saberes diferenciados. Nessa perspectiva de troca de saberes se faz necessário que “a equipe de assessoria clareiam para si, na realidade, a concepção política e teórica da assessoria. Contudo, não basta estar claro isso apenas para o assessor, é importante também que esteja claro para quem irá ser assessorado” (MATOS, 2009: 523).

Quando se pensa a assessoria a partir da abordagem teórico-metodológica apresentada por Matos (2009), constata-se que no fazer profissional explanado nesta reflexão, a pactuação entre assessoria e Sindicato assessorado vivenciou desafios que são reflexos das ponderações aqui já colocadas e que repercutiram de forma negativa na realização do trabalho.

Um dos desafios a serem ressaltados é a mudança constante na composição dos membros da diretoria colegiada da entidade sindical. Uma certa processualidade de continuidade é importante para reafirmar e concretizar direcionamentos. A mudança constante na equipe que dá o direcionamento leva a retomadas constantes de pontos que já poderiam ter sido avançados.

Outro desafio que vem a reforçar o primeiro é que os/as novos/as dirigentes sindicais⁴ vinham com muita vontade política de participar de ações concretas de militância, mas com pouca experiência prática e debate político e teórico, ou seja, com a necessidade legítima e disposição de passar por um processo de formação política.

Infelizmente o momento político que vivenciamos requisita para as frentes de trabalho sindical, um corpo de militantes com certa experiência que possam dar conta da demanda cotidiana enquanto se prepara os novos quadros. Diante da inexistência de quadros, o momento político inviabiliza, atropela o tempo de formação, colocando para o sindicato uma certa letargia.

Um dos pontos importantes a serem destacados nesse processo de assessoria foi a aproximação dos sindicatos aqui referidos com os movimentos sociais de outros campos de atuação e a unicidade que se estabeleceu na luta, com apoio ou a realização de eventos de forma conjunta. Destaca-se ainda que os sindicatos se colocaram para representar os sujeitos coletivos, conquistando espaços em Frentes e Fóruns em que antes não atuavam, denotando a ampliação do campo de visão da equipe assessorada pelas profissionais.

Muito ainda se deixa a desejar no que se refere a despertar as direções para a necessidade de um processo constante de formação dos/as sindicalizados/as com relação ao momento político e ao projeto de sociedade defendido pelos sindicatos. A onda conservadora se faz de forma expressiva presente entre os membros do sindicato, o que dificulta muitas vezes um posicionamento mais firme da direção, diante do questionamento significativo deste grupo. Assim é emergencial que os sindicatos invistam na formação política e discussão da configuração da sociedade e dos interesses presentes em conflito.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Diante de tudo que foi explanado pelas autoras, é possível afirmar nesta reflexão que as experiências, tanto no campo da assessoria sindical, como da direção sindical contribuíram para aprofundar e qualificar a correlação entre o acúmulo teórico da profissão e o fazer profissional, assim como também, aponta rumos para se repensar estratégias que possibilitem a materialização e a concretude do Projeto Ético Político, defendendo não somente os interesses corporativos da classe trabalhadora, bem como as políticas públicas em que atuam esses sindicatos, ou seja, a Saúde e a Educação.

A atuação do profissional de Serviço Social, no espaço sindical como liderança (dirigente sindical), assessoria e/ou trabalhador/a será sempre pautado no compromisso previamente assumido com seu projeto ético político. Assim, ao se colocar em favor dos

⁴ Nesse caso, os/as dirigentes sindicais liberados para mandato sindical conforme Lei do Estado do Paraná nº 10.891, de 1994, eram os de mandatários da assessoria.

interesses da classe trabalhadora e tendo como objetivo primeiro a organização e mobilização popular, o/a Assistente Social no exercício da profissão imprime uma direção social às suas ações profissionais, que irão favorecer a um ou outro projeto societário. Nesse sentido, afirmamos que o Serviço Social se coloca no campo da esquerda e disputa espaço para construção de políticas públicas de interesse da classe trabalhadora, bem como se insere na organização sindical, por reconhecê-la como instrumento fundamental de luta.

Nessa conjuntura, o espaço sindical deve ser ocupado, pois tem legitimidade e papel primordial na organização da classe trabalhadora. Estamos diante da emergência de algo novo, que leve a uma organização concreta dos/as trabalhadores/as, que possa, assim, propiciar a construção de uma nova organização, que não seja pautada na exploração do homem pelo homem.

É primordial repensarmos a forma como os sindicatos se colocam hoje. Há um significativo número de sindicatos em nosso país, mas com uma legitimidade de representação que distância do que definimos como legitimidade representativa. Cabe aqui questionarmos qual deve ser a nossa atuação no sentido de retomarmos e darmos significados, enquanto trabalhadoras, a esse espaço legitimamente construído, mas que se distanciou de seus fins.

A necessidade do Sindicato, por Bertold Brecht

Mas quem é o sindicato?
 Ele fica sentado em sua casa com o telefone?
 Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?
 Quem é ele?
 Você, eu, vocês, nós todos.
 Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.
 Onde more é a casa dele, e quando você é atacado, ele luta.
 Mostre-nos o caminho que devemos seguir e, nós seguiremos com você.
 Mas não siga sem nós o caminho correto.
 Ele é sem nós o mais errado.
 Não se afaste de nós.
 Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!
 Que o caminho curto é melhor do que o longo, ninguém nega.
 Mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,
 de que serve a sua sabedoria?
 Seja sábio conosco!
 Não se afaste de nós!

REFERÊNCIAS

MOLINA, Helder. **O sindicalismo no Brasil: a luta pelos direitos dos trabalhadores. Texto para curso de formação sindical.** Minas Gerais: SINTER-MG. 2016. Disponível em; <<https://www.sinter-mg.org.br/o-sindicalismo-no-brasil/>> Visualizado em 22/03/2019.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.